

Copom boicota a economia com Selic em 10,5%

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), anunciou nesta quarta-feira (19) que mantém a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) em 10,5% ao ano. A justificativa da autoridade monetária para a decisão é a expectativa futura de suposta tendência de aumento da inflação e de desvalorização do Real.



O economista da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Contraf-CUT, Gustavo Cavarzan, explica que a Selic tem influência importante no desempenho econômico do país. "Juros altos prejudicam o governo, com aumento de custos no pagamento dos títulos da dívida pública, reduzindo recursos para outras áreas importantes, como saúde e infraestrutura. A Selic também influencia nos juros de todo o sistema financeiro, com isso, o crédito fica mais caro para famílias e empresas, aumentando o endividamento e, ao mesmo tempo, impedindo investimentos na economia real e, portanto, na criação de mais empregos", resumiu.

A presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira, destacou que o Brasil segue com a inflação sob controle e, portanto, as justificativas do Copom são falhas e prejudicam diretamente uma das obrigações do BC, que é colaborar com aumento do nível de empregos no país. "Usar o argumento de se preparar para expectativas futuras de inflação maior é uma falácia. A manutenção da Selic alta é proibitiva ao crescimento econômico e apenas reafirma que o órgão é suscetível às pressões do mercado financeiro e, assim, desvia das responsabilidades para com o país", pontuou. "Os principais beneficiados com a Selic elevada são os detentores dos títulos da dívida pública, que atualmente são as instituições financeiras", completou.

Intransigência da Caixa encerra negociações sobre redução de jornada para pais/mães e responsáveis por PcD e neurodivergentes (TEA)

A reunião que negociaria a redução de jornada para empregadas e empregados com deficiência da Caixa e para aqueles que são pais/mães, ou responsáveis pelos cuidados de pessoas com deficiência (PcD) foi encerrada de forma brusca pelo banco, assim que a representação dos trabalhadores questionou sobre "pontos sensíveis da proposta".

"A Caixa perdeu uma grande oportunidade de chegarmos a uma solução para esta pendência que afeta as colegas e os colegas com deficiência, ou que têm filhos ou dependentes com deficiência sob seus cuidados", disse o diretor da Contraf-CUT e coordenador da CEE da Caixa, Rafael de Castro. "Estes colegas, que já sofrem com a falta de condições de trabalho no banco, tiveram suas demandas relegadas a segundo plano pela Caixa, que queria usá-los como moeda de troca para tentar impor um banco de horas negativo aos seus quase 87 mil empregadas e empregados", completou.